

CONFLITO PELO USO DO TERRITÓRIO NOS CAMPOS MARAJOARAS- PARÁ: ENTRE O USO MONOPOLISTA E O USO COLETIVO DO TERRITÓRIO

DOI: 10.17553/2359-0831/ihgp.n1v1p76-87

CRUZ, Benedito Ely Valente da; SILVA, Ana Regina Ferreira da.

CONFLITO PELO USO DO TERRITÓRIO NOS CAMPOS MARAJOARAS- PARÁ: ENTRE O USO MONOPOLISTA E O USO COLETIVO DO TERRITÓRIO ¹

Benedito Ely Valente da CRUZ ²

Ana Regina Ferreira da SILVA ³

76

Resumo

A mesorregião do Marajó tem passado nos últimos anos, por visíveis transformações socioespaciais, sobretudo, pela implantação da cultura do arroz em grande escala, implicando em conflitos entre distintos sujeitos sociais pelo uso da terra. Mesmo podendo apresentar potencial de investimento para a economia local, essa atividade impulsiona negativamente processos como a concentração fundiária, mudanças no consumo, perdas de identidade e da biodiversidade. A pesquisa está em andamento e tem como objetivo analisar a intensificação da disputa pelo uso do território na Ilha do Marajó, ora agravado pela implantação da rizicultura no município de Cachoeira do Arari. Teve como metodologia levantamentos bibliográfico, documental e trabalho de campo.

Palavras chaves: Rizicultura; uso do território; conflito.

Abstract

The Marajó region has passed in recent years by visible socio-spatial transformations, especially the rice implementation on a large scale, resulting in conflicts between different social subjects for land use. Although with a potential investment to the local economy, this activity promotes negatively processes such as land concentration, changes in consumption, identity and biodiversity loss. The research is ongoing and aims to analyze the struggle intensification for land use on Ilha de Marajó, now exacerbated by the rice farming implementation in Cachoeira do Arari county. The methodology used bibliographic, documental and field works.

Key words: Rice production; land use; conflict.

INTRODUÇÃO

A região do Marajó, estado do Pará, na Amazônia brasileira tem passado nos últimos anos, por visíveis transformações socioespaciais, sobretudo, pela implantação da cultura do arroz em grande escala no seu território, implicando em conflitos entre

¹ Esta pesquisa está vinculada ao “Projeto de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas para gestão de Territórios na Amazônia paraense” realizado em parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA), o Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

² Professor Assistente do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Pará. Atualmente Coordena o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial – NEDET-Marajó, projeto financiado pelo CNPQ-MDA. e-mail: bvalente7@yahoo.com.br

³ Geógrafa, Mestre em Geografia pela UFPA, atua no NEDET-Marajó como Assessora de Gestão Social.

distintos sujeitos sociais pelo uso da terra. A disponibilidade de terras a preços baixos atrai o investimento privado de rizicultores que se apropriam de grandes áreas para implementar um monocultivo que concorre com a sobrevivência de comunidades quilombolas, ribeirinhas e demais moradores do Marajó. Mesmo podendo apresentar potencial de investimento para a economia local, essa atividade impulsiona negativamente processos como a concentração fundiária, mudanças no consumo, perdas de identidade e da biodiversidade regional, entre outros, os quais devem ser analisados à luz do conhecimento geográfico. Portanto, objetiva-se neste trabalho analisar o contexto de intensificação da disputa pelo uso do território na Ilha do Marajó, ora agravado pela implantação da rizicultura no município de Cachoeira do Arari. Esta pesquisa está em andamento e será investigada metodologicamente a partir de levantamentos bibliográfico, documental e em campo, buscando, respectivamente, aporte teórico notadamente em autores da área da Geografia para discutir o conceito de território, e, em documentos institucionais que conformam socioeconomicamente a região em estudo.

ABORDAGENS E CONCEPÇÕES DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

O conceito de território é um dos mais clássicos utilizados pela geografia. É utilizado para evidenciar as relações de poder entre indivíduos e grupos sociais em um determinado espaço, ou seja, em outras palavras versa sobre a espacialidade da política e o exercício do poder, apresentando uma dimensão material e simbólica, que expressa o processo de dominação e apropriação do espaço.

Haesbaert (2004) num esforço de sistematização da concepção de território propõe uma análise a partir de duas dimensões de referência, uma tendo os fundamentos epistemológicos e a outra, os fundamentos filosóficos. Do ponto de vista epistemológico, ou seja, das mudanças ocorridas na aceção do conceito de território, Haesbaert (2004, p. 40) o agrupa em três grandes matrizes:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa a todas as relações espaço-poder institucionalizada): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. Cultural (muita vezes culturalista) ou simbólica-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o

produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recurso e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo (grifo nosso).

Estas três concepções podem ser facilmente encontradas nos estudos geográficos e acompanham as transformações teórico-metodológicas pela qual a ciência geográfica vem passando desde sua institucionalização. Assim encontraremos concepções de território fundadas no método positivista, a exemplo da concepção unidimensional de poder encontrada nos estudos de Ratzel, bem como, encontramos a concepção a partir do método dialético, enfatizando a multidimensionalidade do poder, sobre o qual Raffestin é uma grande referência. Temos também mais recentemente a abordagem fenomenológica de território, que enfatiza mais seus aspectos simbólicos e imateriais, principalmente trabalhada por Yi-Fu Tuan.

Para Haesbaert (2004) podemos analisar também o conceito de território a partir das seguintes perspectivas: materialista, idealista e integradora, sendo esta última um esforço de conceituação do próprio autor. Das três, a perspectiva materialista é a mais utilizada na Geografia, principalmente à dimensão jurídico-política do território. Ainda segundo Haesbaert (2004) uma forma de ultrapassar as limitações e dicotomias no uso deste conceito é trabalharmos com a sua perspectiva integradora (relacional), haja vista, que o território para além de constructo do intelecto tem uma dimensão ontológica.

Pensar na referida perspectiva integradora, segundo Haesbaert (2004, p. 79) requer uma “ideia de território como uma ‘experiência total do espaço’, que conjuga num mesmo local os principais componentes da vida social (atividade econômica, poder político e criação de significado, de cultura)”, mas para isso é preciso ultrapassar a noção de território-zona e chegar à noção de território-rede, em outras palavras, interpretar o território numa perspectiva multi-escalar.

Para Haesbaert (2004, p. 78) o conceito de território nesta visão integradora responde “pelo conjunto de nossas experiências ou, em outras palavras relações de domínio e apropriação, no/com/através do espaço”, sendo que os elementos-chave responsáveis por essas relações diferem consideravelmente através do tempo. No entanto, o autor alerta que para que esta concepção seja viável é preciso que se tenha

uma “visão de território a partir de uma concepção de espaço como híbrido - híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’, numa complexa interação tempo-espaço” (HAESBAERT, 2004, p.79).

Essa visão de território está presente nos trabalhos de Jean Gottman e Milton Santos, principalmente nos trabalhos mais recentes desenvolvidos por este último autor. Apesar da centralidade do conceito de espaço em sua obra, a partir da década de 1990, num esforço de renovação e aperfeiçoamento da sua teoria, Santos propõe uma nova abordagem conceitual para o conceito de território.

Ao abordar o uso do território é possível compreender melhor a forma como o espaço-território vem sendo apropriado pela sociedade, principalmente no final século XX, com a emergência do processo de globalização, que na visão do autor tem proporcionado um processo de alienação e uso corporativo do território. (SANTOS 1996- 2001).

A partir desta abordagem do conceito de território, Santos (2001) questiona a dialética sociedade–natureza, para ele esta dialética não existe, pois a sociedade não atua sobre a natureza, mas mediatizada pelo trabalho, ou seja, através da natureza valorada. Desta forma “O que há na realidade é relação sociedade e sociedade enquanto território, sociedade enquanto espaço” (idem, p.18). Sendo assim, na visão de Santos o território não pode ser considerado uma categoria de análise, e sim território usado (grifo nosso).

Ainda segundo Santos a ideia de território usado, é mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. Só assim, poderemos captar os conflitos envolvendo os múltiplos usos presente no território, ou seja, a relação dialética entre o uso do território como recurso (funcional) e o uso do território como abrigo (social). É a partir desta perspectiva conceitual que iremos abordar neste trabalho expansão da rizicultura nos campos marajoaras.

TERRITÓRIO: USO E CONFLITO NA MICRORREGIÃO DO ARARI-MARAJÓ

O arquipélago do Marajó, região brasileira rica em recursos hídricos e biodiversidade, contraditoriamente, apresenta um quadro alarmante em termos de

indicadores sociais: concentração de renda, elevado índice de mortalidade infantil, desnutrição, malária e óbitos por doenças parasitárias, péssimas condições de moradia, falta de saneamento ambiental, serviços de saúde e de educação pública limitadíssimos.

Essa mesorregião possui uma área de mais de 104.140 Km² distribuídos por 16 municípios em (03) três microrregiões (Arari, Furos de Breves e Portel), (figura 01) Apesar de ser uma das regiões mais belas, conhecida internacionalmente, e possuindo potencial extraordinário de desenvolvimento, é uma das regiões mais pobres do Pará e do Brasil. Tem o menor índice de desenvolvimento humano - IDH do estado do Pará (0,63%) e também o menor produto interno bruto - PIB per capita, R\$ 2.923,39 (dois mil e novecentos e vinte e três reais e trinta e nove centavos), bem distante dos R\$ 9.910,48 (nove mil e novecentos e dez reais e quarenta oito centavos) da Região Metropolitana de Belém (IDESP, 2013).

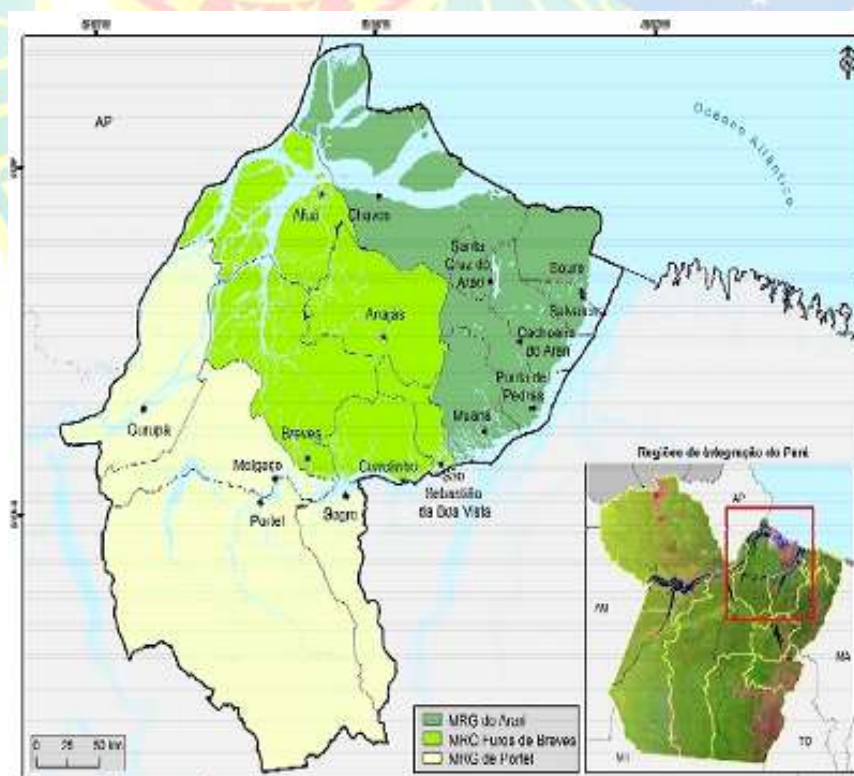


Figura 01: Mesoregião do Marajó – Área de abrangência territorial

Fonte: GeoPará (2007)

É nesse contexto de contradições socioeconômicas que a sociedade marajoara imprime suas marcas no espaço, por meio de atividades de produção, ações políticas, redes de circulação e comunicação, representações simbólicas, malhas, enfim,

produzindo relações de todo tipo, constituindo “territorialidades”, ou seja, manifestações coletivas e subjetivas marcadas pelo movimento de apropriação e reprodução das relações sociais sobre o território (SAQUET, 2009).

Foi dessa forma que, segundo Acevedo Marin (2009), a elite tradicional da Ilha do Marajó originou-se: das famílias proprietárias de fazendas escravocratas do século XIX descendentes de militares, de funcionários e de colonos detentores das sesmarias no Brasil colonial. Com a expulsão das antigas ordens religiosas no Pará no século XVIII, as fazendas expropriadas no Marajó foram distribuídas entre os “contemplados” que, posteriormente se tornaram criadores e multiplicaram a criação de gado na região.

Para a mesma autora, o padrão de poder que se instalou no baixo curso do rio Arari desde o período colonial é reproduzido até o presente e se originou no final do século XVIII tendo como expoente uma elite econômica composta pelos proprietários dos meios de produção que também eram detentores dos poderes político e o militar, ordem que se consolida no século XX; e que atualmente mesclada por grandes proprietários de terras e pecuaristas continua no controle de imensas extensões de terras destinadas à pecuária e é acusada de monopolizar o acesso de comunidades quilombolas dos rios Arari e Gurupá aos recursos naturais na região.

Segundo Marin (2009), os quilombolas do rio Arari e rio Gurupá, utilizam a expressão “Terra Gurupá” para produzir o reconhecimento de direitos à terra que ocupam. A comunidade Gurupá, localizada em Cachoeira do Arari é uma área sujeita a conflitos violentos que remontam aos anos de 1970 quando da disputa pela posse da terra entre comunidades quilombolas e um conhecido fazendeiro que se dizia proprietário dessa área.

Percebe-se assim, que a disputa pela posse das terras marajoaras se inscreve no embate entre sujeitos sociais que defendem interesses antagônicos que envolvem as áreas política e jurídica. A certificação de auto definição como remanescentes de comunidades de quilombo requerida pela Associação Quilombola do Rio Gurupá – ARQUIG no ano de 2006 e concedida à comunidade Gurupá por meio da Fundação Palmares no ano de 2010, não garantiu o fim dos conflitos pelo uso da terra.

A partir de 2010, com a introdução da cultura do arroz no Marajó reascendem-se as contradições pelo uso da terra na região. A rizicultura foi levada à região pelo fazendeiro

Paulo César Quartiero, que adquiriu 12 mil hectares de terras no entorno do município de Cachoeira do Arari, deixando a sede do município isolado por cercas das suas fazendas, bem como a comunidade Gurupá, com cerca de 300 famílias, tem sido afetadas pelas ações resultantes da implantação da rizicultura, pois o escoamento da produção vem sendo feita pelo Porto do Caracará, área requerida pela comunidade quilombola de Gurupá.



Figura 2: Porto de escoamento de arroz da fazenda “Reunidas Espírito Santo”
Fonte: Pesquisa de Campo (2013)

Observa-se desse nodo, que os conflitos territoriais na região do Marajó giram em torno do uso do território: ora visto apenas como recurso voltado para reprodução do capital, como evidencia do pela rizicultura; ora visto como “abrigo”, ou seja, voltado para reprodução dos sujeitos que habitam um determinado espaço onde retiram dele os meios necessários para sua reprodução social e que tem nele toda sua história de vida, representada pelo uso propostos pelas comunidades remanescentes de quilombos.

USO MONOPOLISTA E USO COLETIVO DO TERRITÓRIO: A EXPANSÃO DA RIZICULTURA EM CACHOEIRA DO ARARI

O município de Cachoeira do Arari se localiza na microrregião do Arari (figura 3). O município possui 3.102 km² e faz divisa com os municípios de Chaves, Soure, Salvaterra, Ponte de Pedras e Santa Cruz do Arari. Possui uma população estimada em

21.311 habitantes segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), sendo a maioria residente na área rural, com 64% dos habitantes.



Figura 03: Localização geográfica do Município de Cachoeira do Arari.

Fonte: Fernando Alves (2014)

Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará - IDESP, o município apresentou na primeira década do século XXI, mais precisamente entre 2002 e 2010, um Produto Interno Bruto (PIB) médio de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais). O crescimento foi gradual desde R\$ 29.300.000,00 (vinte e nove milhões e trezentos mil de reais), em 2002, até R\$ 69.500.000,00 (sessenta e cinco milhões e quinhentos mil de reais) em 2010, onde a participação da agropecuária foi expressiva, a qual em 2002 correspondia à 45% do PIB do município – ficando atrás do setor de serviços (que correspondeu à 49% do PIB

neste mesmo ano), porém caiu para 30% do PIB em 2010, enquanto o setor de serviços alcançou o patamar 61% do PIB naquele ano (Tabela 1).

Tabela 1: PIB (excluso impostos) de Cachoeira do Ararí entre 2002 e 2010 (milhões R\$)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	PIB Acumulado
2002	13.202	1.872	14.230	29.304
2003	13.894	2.179	15.617	31.691
2004	14.097	2.733	17.470	34.301
2005	14.607	2.963	19.293	36.863
2006	17.390	3.435	22.504	43.329
2007	17.399	3.552	25.535	46.486
2008	17.520	4.541	31.043	53.104
2009	17.895	4.731	39.148	61.774
2010	20.840	6.052	42.614	69.506

Fonte: IDESP (2013, adaptado)

Da análise do tabela 1 percebe-se que Cachoeira do Ararí conta com o setor de serviços como o principal participante no seu PIB total, porém no setor produtivo a agropecuária é mais expressiva que o setor industrial, praticamente conduzindo a base produtiva do município. Dados sobre o setor agropecuário (IDESP, 2013) mostram que o município apresentou maior expressividade na produção de leite de vaca, açaí e abacaxi entre os anos de 2001 e 2010. No mesmo período a produção de arroz é em (09) nove anos inexistente, aparecendo apenas a partir de 2011/12, com grande expressividade quando comparado com outras atividades produtivas (gráfico 1).

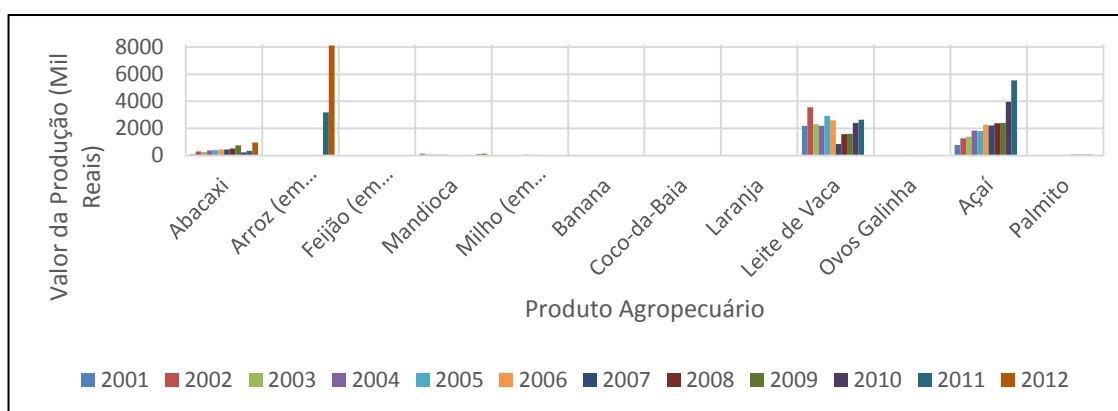


Gráfico 1: Produção Agropecuária no Município de Cachoeira do Ararí entre 2001 e 2012.

Tais dados foram apresentados com o objetivo de demonstrar a importância do extrativismo e da produção leiteira para o município, ainda que os mesmos não sejam tão próximos da realidade quanto deveria ser, uma vez que a produção camponesa não é simples de ser levantada, assim como é o caso da rizicultura em grande escala a partir da segunda década deste século.

A introdução da cultura do arroz na ilha do Marajó a partir de Cachoeira do Arari (figura 4) surge, em 2010, reascendendo as contradições pelo uso da terra.



Figura 4: (a) Entrada da Sede da fazenda e (b) Arrozais da fazenda “Reunidas Espírito Santo”.

Fonte: (a) Benedito Cruz e (b) Tarcísio Feitosa (GTI – MPE/PA).

A produção de arroz não faz parte nem mesmo da cultura produtiva recente do município, sendo instalada alheia às, e geralmente em detrimento, das demandas locais culminando em conflitos pelo uso do território entre o rizicultor e os demais agentes que historicamente já estavam estabelecidos no município, como os pescadores, os agricultores familiares e os quilombolas que têm acumulado obstáculos no desenvolvimento de suas atividades, seja em decorrência do monopólio da terra ou devido aos efeitos “colaterais” da rizicultura, como no caso do despejo de efluentes do arrozal no rio Ararí, prejudicando a atividade pesqueira.

Porém, a iniciativa conta com o apoio da Federação dos Agricultores do Estado do Pará (FAEPA) e do governo do Estado do Pará. Para o presidente da FAEPA a rizicultura representa alternativa econômica viável, pois segundo ele, com pelo menos 100 mil hectares de arroz irrigado o estado do Pará poderá atingir autossuficiência em consumo, poderá também exportar para outras regiões brasileiras e, posteriormente, a região do Marajó poderá se tornar um dos maiores pólos produtores de arroz do país. O

governo do estado do Pará também aposta na atividade como possibilidade de melhoria dos índices de vida na região já que pode representar oportunidade de emprego e renda.

Entretanto o apoio à atividade rizicultora em Cachoeira do Ararí por parte do governo estadual na verdade contribui o fortalecimento do latifúndio capitalista moderno, que já possui maior capacidade de produção e de competição no mercado nas escalas local, regional, nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos entre fazendeiros e quilombolas na região vêm sendo agravados na medida em que as concessões e permissões são oferecidas para a implementação da rizicultura e tendem a se intensificar em decorrência do processo de desterritorialização vivido pela população local e do clima de instabilidade por se sentirem ameaçadas.

Neste processo, podemos afirmar que o território marajoara vem sendo transformado em função de interesses econômicos particulares de modo que a produção de base familiar e o extrativismo são largamente substituídos por uma atividade econômica intensiva em capital e no uso das riquezas naturais da região. Ou seja, a atividade rizicultora promove outro uso do território.

As potencialidades de investimento da atividade rizicultora para a economia local são promissoras e se realizam sob o acompanhamento e incentivo do governo do estado. No entanto, caso esse investimento não aconteça com vistas ao desenvolvimento econômico e também social da região, respeitando as particularidades locais e regionais da população nativa, poderá, ao contrário, agravar negativamente processos já em curso na como a concentração fundiária, mudanças nos hábitos de consumo da população local, perdas de identidade e da própria biodiversidade regional.

Isso significa que a implementação da referida atividade tende a promover o reordenamento do espaço social, já que implica na transformação acelerada nas formas de sobrevivência e do cotidiano da comunidade. Para a população quilombola, a terra não é vista apenas como meio de trabalho para realizar sua produção e garantir seu meio de vida. A relação que se estabelece com a terra enquanto propriedade familiar representa sua condição objetiva de existência enquanto ser. Para as famílias

quilombolas a própria lembrança do espaço de residência é também lembrança da vida; de vida comunitária que se organiza sobre bases familiares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, Rosa. **“Terra Gurupá” e direitos territoriais de quilombolas do rio gurupá e arari**. Anpuh – xxv simpósio nacional de história – fortaleza, 2009.
- ACEVEDO MARIN, R.; RODRIGUES, E. T.; ARAÚJO, M. A. T. Quilombolas do rio Gurupá e a judicialização da violência. In: ALMEIDA, A. W.B. de (Orgs.). [et al]. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos** – Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia / UEA Edições, 2010.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- SANTOS, M. **O retorno do território**. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. Anpur/Hucitec: São Paulo, 1996.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão, Popular, 2007.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.
- STEDILE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500 - 1960**. Expressão popular. São Paulo, 2005.
- IDESP. Indicadores de qualidade ambiental dos municípios da região de integração do Marajó. Secretaria de Estado de Gestão. Belém, 2013.
- _____. **Estatística Municipal: Cachoeira do Arari**. Governo do Estado do Pará. Belém, 2013. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/EstatisticaMunicipal/pdf/CachoeiraArari.pdf>. Acesso: 25/04/2014.
- PARÁ, Ministério Público. Procuradoria Geral de Justiça. **Cachoeira do Arari: MPE e MPF recomendam titulação de quilombolas e licenciamento ambiental**. Disponível em: <http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=2782&class=N>. Acesso em 29 de junho de 2014.

Recebido em: 02/08/2014
Aprovado em: 10/09/2014